

O sequestro da Independência

Lilia Moritz Schwarcz





resumo

O objetivo deste artigo é rever a “lenda dourada da Independência”, que toma o final pelo começo: a saída conservadora e monárquica como se fosse um dado inevitável. Não era, e vale a pena estruturar as bases dessa interpretação muito calcada na experiência do Sudeste – em especial Rio de Janeiro e São Paulo – e na elaboração da tela de Pedro Américo, chamada *Independência ou morte*, que foi, na verdade, um presente de filho para pai; uma tentativa de elevar a monarquia num momento de crise e que resultaria no seu final.

Palavras-chave: Independência do Brasil; Pedro Américo; monarquia.

abstract

*The objective of this article is to review the “golden legend of the independence”, which takes the ending by the beginning: the conservative and monarchical exit as an unavoidable fact. It was not, and it is worth structuring the bases of this interpretation, very much based in the experience of the Southeast – especially Rio de Janeiro and São Paulo – and in the elaboration of Pedro Américo’s painting, called *Independência ou morte* which was, actually, a gift from son to father; an attempt to elevate the monarchy in a moment of crisis and which would result in its end.*

Keywords: *Brazil’s independence; Pedro Américo; monarchy.*

HABEMOS INDEPENDÊNCIA

O processo de Independência brasileiro foi no mínimo paradoxal, ainda mais quando comparado com o de seus vizinhos latino-americanos. O Brasil se transformava numa quase anomalia: num império cercado de repúblicas por todos os lados. Também foi, no mínimo, singular, digamos assim, a “lenda da Independência” criada retrospectivamente. Nela, assegurava-se um processo contínuo, como se fosse destino certo, cujo ponto de partida era a elevação da colônia a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1815, quando a família real portuguesa, fugida das tropas de Napoleão Bonaparte, mudou-se provisoriamente para sua rica colônia tropical. Para completar, vale destacar como a recepção futura do 7 de setembro

guardou uma pintura, criada muitos anos depois do evento de 1822, como uma espécie de testemunho, um documento visual do ato de separação com a metrópole. Trata-se da tela de Pedro Américo chamada *Independência ou morte*, entregue ao Estado brasileiro apenas em 1888: um ano antes da Proclamação da República. O momento não era o mais adequado, e a obra teve que ficar fechada durante um bom tempo. Todavia, a saga do trabalho seria diferente. A pintura seria largamente explorada em vários momentos de nossa história, sobretudo nos anos da ditadura militar, que celebrou os 150 anos da Independência como se fosse um mérito seu,

Este artigo é em parte pautado no livro *Brasil: uma biografia* (São Paulo, Companhia das Letras, 2014), que escrevi em coautoria com Heloisa Starling.

LILIA MORITZ SCHWARCZ é professora do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP e autora de, entre outros, *Lima Barreto: triste visionário* (Companhia das Letras).

e vinculou a figura fardada do príncipe Pedro I aos uniformes do Exército. A obra ajudou a criar, assim, um projeto de passado: um passado fardado.

O objetivo deste artigo é, pois, rever essa “lenda dourada da Independência”, que toma o final pelo começo: a saída conservadora e monárquica como se fosse um dado inevitável. Não era, e vale a pena estruturar as bases dessa interpretação muito calcada na experiência do Sudeste – em especial Rio de Janeiro e São Paulo – e na elaboração de uma tela que foi, na verdade, um presente de filho para pai; uma tentativa de elevar a monarquia num momento de crise e que resultaria no seu final.

ECOS DO ATLÂNTICO

Em 1814 a periclitante situação política europeia, tão marcada por anos de guerra, parecia finalmente normalizada: foi nesse ano que se deram os últimos confrontos entre forças aliadas e francesas e a derrota de Bonaparte. Tudo indicava o retorno da “velha e boa ordem” com o redobrado poder das realezas e o comando político da Santa Aliança, sobretudo nos territórios continentais europeus. Porém, na contramão das tendências da época, estava o domínio português no além-mar. O príncipe D. João, teoricamente apenas de passagem pelo Brasil, optou por postergar sua estada, até porque ia criando raízes em seu território americano. Afinal, o monarca português abriu os portos da colônia em 1808, elevara o Brasil à condição de Reino Unido em 1815, assim como, após a morte de d. Maria I em

1816, preparava-se para ser sagrado rei de Portugal, do Brasil e Algarves, com o título de d. João VI, tudo em plena colônia tropical (Lima, 1997, p. 21).

No entanto, em pouco tempo a situação mudaria completamente. No Brasil, insurreições como as de Minas em 1789, a da Bahia em 1798 e a de Pernambuco em 1817, entre outras, revelaram como os anseios por emancipação animavam modelos que começavam a ganhar um colorido local, a despeito das propostas serem profundamente diferentes. A essas alturas, a América inglesa estava praticamente independente, afora as ilhas do Mar das Caraíbas, a Guiana equatorial e o domínio gelado do Canadá. Na América espanhola, com exceção das Antilhas, a Independência já se delineava como realidade.

Ares revolucionários começavam a soprar também na própria metrópole portuguesa. Nos primeiros tempos da invasão francesa, em 1807, e sobretudo após o momento em que d. João declarara guerra a Napoleão, em 1º de maio de 1808, uma série de manifestações populares revelou adesão à monarquia dos Braganças, no lugar do jugo francês. A instabilidade política em Portugal foi agravada por mais duas invasões napoleônicas: uma em 1809 e outra em 1810, gerando mais aversão aos franceses. Todavia, após a última expulsão das tropas napoleônicas, no final da década de 1810, com a retomada da soberania lusa nada explicava a permanência do soberano na América. Diante disso, as antigas demonstrações de fidelidade irrestrita ao monarca por parte da população portuguesa deram lugar à indignação geral.

Para piorar, uma grande crise se abateu sobre o Estado português. A produção agrícola escasseava, o numerário esgotava-se, o papel-moeda perdia seu valor, assim como sumia o crédito internacional. Parte das elites locais julgava que para reerguer Portugal seria preciso deter o processo de autonomia do Brasil (Miranda, s/d, pp. 37-8). O fato é que, privado dos recursos de suas possessões ultramarinas, sem os lucros do comércio colonial e humilhado pela dependência em relação à Inglaterra, Portugal se descobriu ocupando um lugar periférico dentro do seu próprio sistema imperial. A crise, que era econômica e política, só seria amainada com um gesto de grande poder simbólico: a volta do rei.

Foi com esse espírito que em 1820 estourou a Revolução Liberal do Porto, erguendo duas grandes bandeiras de luta. O constitucionalismo, a proposta de criação do conjunto de leis fundamentais do Estado incluindo a definição do sistema geral de governo e a regulação dos direitos e deveres dos cidadãos – “Cortes e Constituição” era a palavra de ordem que reunia politicamente os portugueses. E a defesa da soberania monárquica que, nesse caso, significava o retorno imediato de d. João VI, senão de toda a família real. O movimento que começava a se delinear em Portugal inscrevia-se em um contexto mais amplo no qual se opunham duas correntes. A primeira defendia o ideal da “Regeneração” política que pretendia sacudir o despotismo português, com seus adeptos se organizando em torno das propostas de liberdade, constitucionalismo e liberalismo constitucional. A

outra corrente reivindicava o “Restauracionismo Realista”, projeto que pretendia a volta dos regimes monárquicos, conforme propunham a França e, sobretudo, uma coligação formada pela Rússia, Áustria e Prússia. Mais conhecida como Santa Aliança, ela se reuniu no Congresso de Viena entre 1814 e 1815.

Na conta desse ambiente bastante polarizado é que, em 1820, estourou em Portugal um movimento liberal, nacionalista e constitucional, com um propósito claro: reestruturar o Império luso-brasileiro, sob a luz do constitucionalismo, e manter em Portugal o centro político e administrativo desse mesmo Império. Aos olhos dos brasileiros, porém, esse propósito tinha outro significado político: indicava que a antiga metrópole continuava preocupada em garantir seus interesses coloniais. E o ambiente ganhou a colônia quando, em fevereiro de 1821, uma multidão reunida no Largo do Rossio, no Rio de Janeiro, exigiu o juramento da futura Constituição das Cortes de Lisboa.

Foi ficando evidente, porém, como a tentativa de recuperar a proeminência política de Portugal incluía suprimir os privilégios adquiridos pelo Brasil durante os 13 anos de permanência de d. João no Rio de Janeiro. Na realidade, a Revolução Portuguesa incluía um paradoxo. Irrompeu tardiamente, numa conjuntura europeia já sob os efeitos conservadores do Congresso de Viena, mas não deixou de introduzir ideias e práticas sociais novas. Também ambicionava erguer uma monarquia constitucional que encerraria o antigo regime, embora sustentasse na figura do rei o polo aglutinador de sua comunidade. Finalmente, e não menos

importante, seus adeptos preferiam a regeneração à ideia de revolução¹.

Em Portugal, o termo liberal vinha “das Cortes de Cádiz” – assembleia que, reunida na Espanha em 1810, pretendia a abolição do antigo regime – e servia para indicar um novo sujeito político. Um sujeito liberal, nesse momento, era aquele que desejava o bem da pátria: era amigo da ordem e das leis, acreditava que a opinião deveria ser livre e que ele teria o direito de influir na administração pública. Entravam nessa agenda política, também, noções como contrato, Constituição, autonomia e soberania parlamentar. Por fim, liberalismo nos termos da conjuntura portuguesa era conceito que permitia reconhecer o direito do outro, através da Constituição.

Por outro lado, coube à imprensa que se publicava no estrangeiro, mas em língua portuguesa, papel fundamental no sentido de conferir à causa revolucionária nova importância junto à opinião pública. Dos vários periódicos editados destacam-se o *Correio Braziliense* (dirigido por Hipólito José da Costa entre os anos de 1808 e 1822, editado na Inglaterra e proibido em Portugal entre 1811 e 1817), o *Investigador Português em Inglaterra* (fundado em 1812 com o objetivo de combater o *Correio* e que mudaria de orientação a partir de 1814); o *Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário* (o mais combativo e o mais censurado dos jornais portugueses publicados na Inglaterra) e o *Campeão Português ou o Amigo do Rei e*

do Povo (o mais doutrinário dos jornais e, apesar disso, proibido no ano de 1819).

Já d. João parecia imune a todo esse ambiente, preferindo permanecer em seu paço de São Cristóvão no Rio de Janeiro, mesmo se o preço fosse a adoção do regime constitucional em Portugal (Lima, 1997, p. 21). Em 1º de outubro as Juntas Provisórias anunciaram as primeiras medidas – reformas na administração, alterações na censura e a preparação para as eleições dos deputados que fariam a nova Constituição do Império. As Cortes foram definidas como núcleo de representação nacional, sendo as eleições regulamentadas. Firmados os objetivos da “Carta”, as Cortes constitucionais trataram de consolidá-los durante os anos de 1821 e 22, sem alterar os alicerces básicos da monarquia.

As primeiras preocupações dos deputados se concentraram, pois, no regimento interno das Cortes, na nomeação de comissões e no estabelecimento de um novo governo – a Regência. Os trabalhos começaram em 26 de janeiro com novas determinações: liberdade de imprensa, elaboração do código civil e criminal, abolição da Inquisição, redução do número de ordens religiosas e anistia aos presos políticos. No plano externo, a pretensão era conquistar todo o Império para o ideário da regeneração. Tanto que, no caso brasileiro, Pará e Bahia aderiram imediatamente à causa portuguesa.

Diferentes facções se digladiavam, no Brasil, em torno do tema. A volta do rei era defendida no Rio de Janeiro, sobretudo pelo “Partido Português”, formado basicamente por altas patentes militares, burocratas e comerciantes, interessados

1 Para a Revolução Portuguesa e suas consequências no Brasil, ver: Neves (2003).

no retorno ao antigo sistema colonial e na subordinação do Brasil à metrópole. Opunha-se a essa posição o “Partido Brasileiro”, constituído por grandes proprietários rurais das capitâneas vizinhas à capital, financistas, militares, burocratas e membros do Judiciário nascidos no Brasil e que começavam a delinear “um governo [...] independente de Portugal”. O terceiro partido, conhecido como “Democrata”, almejava “governos provinciais independentes” e incluía boa parte do clero e dos empregados públicos².

Não obstante, esses não eram exatamente partidos, mas antes correntes de opinião, grupos que guardavam os mesmos interesses. Na verdade, a noção de partido nesse momento traduzia uma concepção de grupos que se posicionavam a favor ou contra alguma prática política. Existia ainda certo conteúdo pejorativo porque o termo “partido” costumava aparecer associado a noções como facção, seita, bando e à formação de grupos partidários envolvidos em desordens públicas. Por fim, e ao longo dos anos de 1821 e 1822, o conceito começa a ser associado às insatisfações da época. De uma maneira geral, esses diferentes partidos se viram reduzidos a duas correntes: a primeira, dominante na capital do Brasil e composta de militares e comerciantes lusos que se mantinham fiéis às Cortes de Lisboa; a segunda, que caminhou na direção oposta e apostou na liderança de d. Pedro. Cresceria também nesse contexto o papel da maçonaria, a

qual funcionaria como articuladora política, catalisadora de descontentamentos e adepta, com o tempo, da segunda vertente (Fausto, 2001, p. 130)³.

D. João, por sua vez, nem consentia em voltar, nem lhe agradava a ideia de mandar a Portugal o filho Pedro (Sousa, 1988, p. 139). Nesse contexto passam a circular também os “papelinhos” ou panfletos, manuscritos e impressos fundamentais para a difusão de opiniões políticas⁴, que, nessa conjuntura, demonstram uma clara articulação entre a emergência da opinião pública e o surgimento de um novo vocabulário político. Tais documentos partiam sobretudo da Bahia e do Rio de Janeiro, e propunham a conscientização da população. Mas as posições não eram unívocas: a Bahia, cujo grosso do comércio era realizado diretamente com Portugal e África, não concordava com a “intromissão” inglesa e por isso mesmo apoiou a política das Cortes, ao menos num primeiro momento; já o Rio de Janeiro, grande beneficiário da política joanina, faria de tudo pela permanência de d. Pedro.

De toda maneira, no início de 1821, d. Pedro seria informado das decisões e sua partida, dada então como definitiva. Entretanto, com o estado avançado da gravidez de d. Leopoldina, e uma projetada separação dos dois, o príncipe não partiu. Os acontecimentos, porém, se precipita-

2 Ver Carvalho, Bastos & Basile (2012); Mariscal (1926).

3 Movimento que remonta provavelmente à Idade Média, a maçonaria chegaria ao período moderno como uma associação secreta, antiabsolutista e vinculada aos movimentos de emancipação nacional.

4 Ver Carvalho, Bastos & Basile (2012).

vam, e d. João viu-se obrigado a jurar a Constituição em fevereiro de 1821; seu derradeiro ato no Brasil. Os decretos de Lisboa de 7 de março determinaram não só o regresso do rei a Portugal – ficando o príncipe encarregado do Governo Provisório do Brasil.

O ambiente, que já era frágil, entornou. Em 21 de abril de 1821, na então Praça do Comércio, uma reunião de eleitores do Rio de Janeiro foi interrompida com gritos de “aqui governa o povo” e “haja revolução”. A multidão exigia que d. João VI jurasse a Constituição de Cádiz de 1812, e que permanecesse no país. Enquanto o vacilante rei mais uma vez aquiescia, seu filho reprimia violentamente a manifestação, cujas consequências ficariam relatadas no livro da viajante e preceptora dos príncipes, a inglesa Maria Graham, que lamentou as 30 mortes e os muitos feridos (Graham, 1990, p. 164). O prédio no centro da praça amanheceria no dia seguinte pichado, com os dizeres “Açougue dos Braganças!”.

E assim, em 26 de abril de 1821, parte o restante da família real, à exceção de d. Pedro e sua família, que ficavam como um braço da monarquia no Brasil. Com a corte partia um séquito estimado em 4 mil indivíduos – entre ministros, oficiais, diplomatas e suas famílias –, além dos deputados brasileiros.

D. Pedro, com seus 22 anos, permanecia no Brasil, herdando projetos políticos e grande desfalque⁵. A corte limpou os

cofres: transportou as arcas do tesouro e os cofres do Banco do Brasil (Varnhagen, 1957, p. 57). Só o rei carregou em ouro amodado e em barra mais de 60 milhões de cruzados. E isso sem falar nos diamantes que estavam, como penhor, nas casas fortes do Banco do Brasil.

O monarca desembarcaria em Lisboa no dia 4 de julho, não sem antes ter recebido as deputações da regência e das Cortes. As Cortes também proibiram a entrada de 11 conselheiros do rei, considerando-os “perigosos”. Na mesma data, o rei foi obrigado a nomear novo ministério, substituindo a regência, e assumiu a monarquia constitucional, que lhe dava um novo *status* político.

E se d. Pedro seria primeiro tratado como marionete nas mãos das elites brasileiras, logo arregaçou suas mangas. Em sua primeira proclamação, ao que parece redigida pelo Conde dos Arcos, o governo interino sinalizava para uma série de reformas na educação pública, na agricultura e no comércio, a despeito de deixar claro que exigiria o “respeito austero das leis e a vigilância constante”. As medidas práticas não eram muitas, mas o efeito, evidente.

Enquanto isso, as Cortes passaram a pedir uma representação brasileira a Portugal. A primeira reação foi de otimismo: não apenas o Rio e a Bahia, a nova e a velha capital do vice-reinado e do Reino Unido, se pronunciaram a favor do constitucionalismo. Até o Pará, que compunha uma província de administração separada, se entusiasmou pela revolução, que foi saudada como a implantação de um regime liberal que lutava contra o despotismo.

5 Citado por Moraes (1982, p. 124).

Representantes de todo o mundo português seriam chamados a se reunir com o propósito de redigir e aprovar uma nova Constituição. As instruções das Cortes de 22 de novembro eram claras: todos os cidadãos eram considerados elegíveis à exceção dos conselheiros de Estado e dos empregados da corte real. Determinou-se, ainda, a representação de um deputado para 30 mil habitantes e o direito de o Brasil e as demais possessões ultramarinas participarem (Fausto, 2001, p. 130). Partiram 65 deputados (apesar de só 46 terem comparecido às sessões), para 100 de Portugal metropolitano, nove pelos dois círculos de ilhas adjacentes (Madeira e Açores) e sete pelas possessões africanas e asiáticas (Cabo Verde, Bissau e Cacheu; Angola e Benguela; S. Tomé e Príncipe; Moçambique; Goa; Macau, Timor e Solor) (Lima, 1997, pp. 149-50)⁶.

Os deputados de Pernambuco foram os primeiros a chegar a Lisboa, seguidos pelos deputados fluminenses e os da Bahia. Mas foi apenas a deputação de São Paulo⁷ que fez a lição de casa, levando instruções explícitas, onde se reconhecia a pena de José Bonifácio e seus temas prediletos: a abolição da escravidão e a catequese dos indígenas. Todavia, a intransigência das Cortes levou a uma

crescente resistência; para aqueles que viajaram a Portugal com a esperança de lá encontrar um debate sobre princípios da igualdade perante a lei e acerca dos direitos do Brasil, a realidade mostrava-se oposta (Fausto, 2001, p. 132).

Deste lado do Atlântico a situação era igualmente complicada. Enquanto em Pernambuco e na Bahia os grupos dirigentes tinham motivos mais imediatos para apoiar a política portuguesa, no Rio de Janeiro as elites políticas dividiam-se entre os grupos conservadores vinculados a Bonifácio e os mais radicais, que giravam em torno de Joaquim Gonçalves Ledo. Também o príncipe a essas alturas oscilava entre dar ouvidos às queixas locais ou mostrar sinais de fidelidade a seu pai⁸. O regente tinha ainda outros problemas pela frente: como sanear a situação financeira que herdara. As dificuldades estavam vinculadas às circunstâncias em que se deu a retirada da família real e eram agravadas pela situação do Banco do Brasil.

D. Pedro tinha também ímpetos românticos e políticos. Talvez por isso tenha se contagiado pela verdadeira mania nacionalista que começava a tomar conta de boa parte dos deputados brasileiros em Portugal, e já chegava ao Brasil. Essa mudança de espírito era insuflada pelas atitudes das Cortes, que, entre finais de setembro e outubro de 1821, expediram uma série de medidas que deixavam claros seus intentos: decidiu-se

6 Dados referentes às demais possessões ultramarinas retirados de: Marques (1986, pp. 58-9).

7 Eram cinco deputados pelo Rio de Janeiro, seis por São Paulo, um por Santa Catarina, nove pela Bahia, oito por Pernambuco, três pela Paraíba, três pelo Rio Grande do Norte, quatro pelo Ceará, dois pelo Piauí, dois pelo Maranhão, quatro pelo Pará, dois por Goiás, dois pelo Rio Grande do Sul, 11 por Minas e um pelo Espírito Santo. Havia ainda dois por Alagoas, dois por Rio Negro e um pela Cisplatina.

8 Carta de d. Pedro, de 8 de junho de 1821. Citada por Sousa (1988, p. 236).

pela transferência para Lisboa das principais repartições instaladas no Brasil; novos contingentes de tropas foram destacados para o Rio de Janeiro e em 29 de setembro é assinado decreto exigindo o retorno do príncipe regente. As Cortes também determinaram que as diferentes províncias do Brasil se transformariam em províncias ultramarinas de Portugal, desaparecendo o lugar político do Rio de Janeiro e a necessária permanência de d. Pedro (Martins, 1987, p. 185).

O ano de 1822 começou com muitas dúvidas e raras certezas. Não à toa o Partido Brasileiro concentrava esforços no sentido de assegurar a permanência de d. Pedro no Brasil⁹. Com o tempo, também a princesa se converteria em uma das grandes influências favoráveis à emancipação e à desobediência do regente para com as Cortes: Leopoldina parecia temer o constitucionalismo português, permanecendo fiel aos princípios do absolutismo.

Mas faltava o Partido Brasileiro sensibilizar o regente com um ato simbólico. O movimento partiu de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, e no dia 9 de dezembro, quando chegaram os decretos portugueses exigindo a volta imediata, criou-se o “Clube da Resistência”. Foi Gonçalves Ledo, do Partido Brasileiro, quem orientou o então presidente da Câmara para que entregasse a d. Pedro uma solicitação formal para que ficasse no Brasil. Ao mesmo tempo, logo no primeiro dia do

ano de 1822, o regente receberia carta de José Bonifácio pedindo que permanecesse e “não se tornasse escravo de um pequeno número de desorganizados”. No mesmo dia 9 de janeiro, d. Pedro recebeu no paço – numa audiência do Senado da Câmara – um requerimento tomado por mais de 8 mil assinaturas, que pediam para que ele não deixasse o Brasil.

Apesar da força dos atos, é preciso lembrar que boa parte das elites ainda desejava manter-se unida a Portugal, guardando-se, porém, as franquias já alcançadas. Essa posição advogada pelo ministério conservador, que defendia uma saída moderada e se aglutinava em torno de Bonifácio, contava com a oposição dos grupos radicais, que imaginavam um modelo diferente de representação mais republicano. A despeito das divisões entre os grupos, um processo mais estrutural e profundo ia se afirmando. É por isso que a contenda foi sendo decidida em duplo sentido – de dentro para fora, mas também de fora para dentro. Há quem diga que a essas alturas Portugal é que pretendia se livrar do Brasil e de suas provocações. O certo é que se começava a escrever, então, uma espécie de lenda dourada da Independência, na verdade construída sobretudo por Rio de Janeiro e São Paulo.

UMA INDEPENDÊNCIA MONÁRQUICA E CONSERVADORA

É possível especular que, se não fosse por conta da política das Cortes, com mais dificuldade teria se criado, no Brasil, um sentimento unificando as diversas provín-

9 Estas cartas de Leopoldina foram publicadas na *Revista do Instituto Histórico* sob o título “Cartas inéditas da 1ª Imperatriz d. Maria Leopoldina (1821-1826)” (RIHGB, vol. 75, tomo 126, parte II, 1912, pp. 109-27).

cias. Mesmo a mais consolidada divisão interna tende a ceder diante de um inimigo externo, fato que acabou levando à união das diversas províncias e das facções das elites brasileiras. É assim que se entende a criação de um exército brasileiro – Exército de 1ª Linha, como foi chamado – logo após as tropas portuguesas negarem-se a jurar fidelidade a d. Pedro, ou mesmo a formação de um novo ministério. Entre os muitos decretos destaca-se a proibição do desembarque da expedição de Francisco Maximiliano e Sousa, que, chegada ao Rio em 9 de março, pretendia transportar o príncipe de volta para Lisboa.

E a evolução foi rápida. Em fevereiro de 1822 a região Sul do Brasil já formava um só bloco político, estando Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e até Minas Gerais em concordância com relação à ideia de autonomia e à escolha do príncipe como figura central nesse processo. Impunha-se, assim, a Independência, muito embora, teoricamente unidas para a emancipação, as províncias continuassem divididas em seus interesses. Igualmente tensas eram as sessões das Cortes em Portugal, sendo os deputados brasileiros sujeitos a todo tipo de impedimento – vários deles, inclusive, não juraram a Constituição¹⁰.

No Brasil, a maçonaria, já presente na ocasião do “Fico”, foi crescendo. Por lá, as posições dividiam-se também entre os mais conservadores defendendo uma monarquia constitucional, com pequena

representação, e os mais extremados associando a Independência à ideia de república e do voto popular¹¹.

Com o acirramento do processo, d. Pedro é mais uma vez pressionado no sentido de convocar, em 3 de junho de 1822, uma Assembleia Constituinte. É nesse ambiente que em 3 de junho sai o decreto de convocação da Constituinte brasileira. O texto final era de José Bonifácio, mas as ideias eram, em grande parte, de Gonçalves Ledo. A palavra de ordem era “Independência moderada pela união nacional”, fórmula presente na proclamação de d. Pedro do dia anterior. Um novo ato assinado pelo príncipe fez com que o consentimento do Executivo central brasileiro se tornasse indispensável à validade das leis, ordens e resoluções que não paravam de chegar do governo de Portugal. Era o *cumpra-se* assinado em 4 maio de 1822. O certo é que o divórcio litigioso ia se consolidando. O manifesto de 1º de agosto, redigido por Gonçalves Ledo, mas atribuído a d. Pedro, anunciava a separação. “Brasileiros. Está acabado o tempo de enganar os homens [...]”¹².

Nesse momento, porém, a facção liberal de Gonçalves Ledo já havia perdido a liderança, tendo sofrido sua maior derrota em 19 de junho, quando não conseguiu impor a tese das eleições diretas para a Constituinte (Novais & Mota, 1996, p. 54).

10 *Correio do Rio de Janeiro*, nº 56, 19 de junho de 1822.

11 Para uma visão desse episódio e da atuação dos grupos mais radicais, ver: Leite (2000).

12 Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, ms. l, 36, 28, 009, p. 1. “D. Pedro I, Príncipe Regente. Manifesto de Independência. Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1822”.

É obra do ministro o manifesto de 6 de agosto, quando prevaleceu a saída monárquica. “Perdido o Brasil, está perdida a monarquia”¹³, assim rezava o manuscrito moderado. Ainda nesse mês o príncipe decretou que as tropas da metrópole eram consideradas inimigas, além de recomendar aos governos provinciais não dar posse a empregados vindos de Portugal. Uma nova enxurrada de manifestos ia deixando claro como os projetos de autonomia viravam realidade. Faltava apenas o marco simbólico, e ele se daria em São Paulo.

“INDEPENDÊNCIA OU MORTE” NA REALIDADE E NA PINTURA DE PEDRO AMÉRICO

Um processo de ruptura carece sempre de um ato simbólico; um ato para ser lembrado. O mais inusitado, porém, é que, no caso da Independência, ele ficaria guardado na memória nacional sobretudo em função de uma tela, encomendada (aliás) pelo monarca Pedro II. O certo é que tardava o ritual, e ele aconteceria em São Paulo, como nem mesmo os Andradas – José Bonifácio e seus irmãos –, tão acusados de praticar um bairrismo paulista, poderiam sonhar.

Depois de ter contornado problemas nas províncias do Rio de Janeiro e de

Minas Gerais, d. Pedro partiu em 14 de agosto de 1822 para São Paulo, acompanhado de pequena comitiva. Nesse meio tempo, a princesa Leopoldina era empossada na regência: cabia a ela presidir o conselho de ministros e dar audiências públicas em lugar do esposo – sempre ao lado de José Bonifácio, o cabeça do gabinete.

O grupo vencia a viagem de maneira pausada, percorrendo em dez dias cerca de 630 quilômetros de distância entre Rio e São Paulo. Passaram a noite em fazendas em Areias, Lorena, Taubaté e Águas Brancas, recebendo tanto homenagens como críticas aos adversários dos Andradas. Mais à frente, ao pequeno grupo se juntou a guarda de honra; uma guarda de capacete de dragões e botas *à l’ecuyère* (botas de escudeiro). Outras pessoas foram aumentando a comitiva até a entrada em São Paulo, no dia 25 de agosto: cidade pequena, de ruas pouco extensas, estreitas e tortuosas, cujos habitantes, segundo o último alistamento censitário de 1822, não passavam de 6.920 almas. O príncipe partiu de São Paulo só no dia 1º com destino a Santos, de onde só retornaria na famosa manhã de 7 de setembro.

O objetivo de d. Pedro em São Paulo era apaziguar os ânimos depois da sublevação que ficou conhecida como a “Bernarda de Francisco Inácio”. O termo vinha de *bernardinas* e correspondia às portuguesas *bernardices*, relativas à tradição, em parte falsa, da ignorância e simplicidade dos frades beneditinos diante da reforma de S. Bernardo. No Brasil, “bernarda” tornou-se expressão corrente em 1821, sendo associada aos movimentos populares da Independência. A origem

13 BN/SOR C, 4, 1, “Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos governos e nações amigas. 6 de agosto de 1822”, in *Código Brasileiro ou Coleção das Leis, alvarás, decretos, cartas régias, etc. promulgadas no Brasil desde a feliz chegada do príncipe Regente Nosso Senhor a estes estados com um índice cronológico (1808-1837)*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, Tipografia Nacional e Imperial, 1811-1838.

estaria em uma frase proferida por Tomás Antônio Vilanova Portugal, denominando *bernarda*, tolice, asneira, a revolução constitucionalista do Porto em agosto de 1820. Os jornais da época divulgaram o dito, que se fixou no vocabulário popular também com o sentido de motim e revolta popular. A “de Francisco Inácio” era na verdade uma série de motins que estouraram depois de 1820, consequência da aguerrida política interna paulista e que atingia de perto José Bonifácio. O governador João Carlos Augusto Oyenahusen se juntou ao brigadeiro Francisco Inácio de Sousa Queirós e tomou partido contra Martim Francisco, o que gerou uma série de insurreições que levaram à queda do irmão de Bonifácio. Não é o caso de perseguir os meandros dessa história. É suficiente saber que o vínculo de d. Pedro com José Bonifácio era tal que o príncipe encarou a “Bernarda de Francisco Inácio” como um desafio à sua própria autoridade: deu a Martim Francisco o Ministério da Fazenda e resolveu visitar a província paulista a fim de aquietá-la, sempre em favor dos Andradas.

A viagem tinha, pois, objetivos políticos, mas a história tendeu a lembrar apenas do episódio que envolve d. Domitila de Castro Canto e Melo, filha do coronel João de Castro Canto e Melo. Domitila nascera em São Paulo e era quase um ano mais velha que o príncipe. Amargava as consequências de um casamento frustrado, e andava sofrendo com as dificuldades que seu marido vinha lhe impondo: acusada de adultério, tinha a guarda de seus três filhos reclamada. Não se sabe se ela possuía planos de pedir a intervenção do príncipe contra o ex-marido – tendo seu

acesso sido facilitado graças à presença de seu irmão na comitiva – ou se o primeiro encontro foi golpe de sorte.

Dito por não dito, conta a história que d. Pedro voltava de um bairro distante quando cruzou com uma bela mulher, que chegava carregada em uma cadeirinha por dois escravizados. O príncipe apeou do cavalo e saudou a desconhecida, cantando-lhe a beleza (Sousa, 1988, 2º vol., p. 33). Se nos fiarmos no que diz o anedotário histórico, parece que a mulher de Felício Pinto Coelho e o marido da princesa Leopoldina encontraram-se por acaso. Entretanto, até hoje não se explica o que fazia Francisco de Castro Canto e Melo na comitiva do príncipe. O que, sim, se sabe é como então se iniciava um dos capítulos amorosos mais famosos da história brasileira, e que contou com a diligente cumplicidade do irmão, mas também do pai, da mãe, dos irmãos, tios e primos de Domitila; todos regimento compensados com mercês, distinções e honrarias.

Mas a hora de voltar para o Rio aproximava-se e o retorno se faria sem grande alarde, mesmo porque a guarda especial de 30 jovens já havia sido dispensada e a missão do príncipe era, agora, cada vez menos oficial. Além do mais, a essas alturas, a separação política estava praticamente confirmada, restando apenas a formalidade do anúncio. Logo que o príncipe partira em viagem, em 14 de agosto, José Bonifácio emitira circular ao corpo diplomático em que declarava a emancipação. Faltava, entretanto, um evento que conferisse ao príncipe o lugar principal. O motivo veio fácil: em 28 de agosto chegava ao Rio o brigue Três Cora-

ções, trazendo as rotineiras más notícias de Lisboa: ordenavam a volta imediata do príncipe, o final de uma série de medidas que consideravam ser privilégios brasileiros e acusavam de traição os ministros que cercavam o regente.

Sob a presidência de Bonifácio, o conselho de ministros reunira-se no Rio de Janeiro e a conclusão era que chegara a hora. Tamanha era a pressa, que Bonifácio recomendou ao correio, Paulo Bergero, que juntasse quantos cavalos fossem necessários. A partir daí, o que é lenda e o que é verdade fica difícil de resolver; melhor nos fiarmos nos documentos.

As missivas não encontraram o príncipe, porém, em local nobre. O regente, que tinha vencido a serra de Cubatão montado numa besta baia gateada, envergava uma farda comum. Para piorar, lá pelo dia 7 de setembro, d. Pedro apresentava um estado de saúde que, embora não tivesse maior gravidade, era por certo desconfortável uma vez que não encontrava suas funções intestinais normalizadas, e de forma intermitente era obrigado a apartar-se da comitiva, alterar o ritmo da marcha e parar a fim de aliviar a dor repentina. Precisava “prover-se”, conforme definia um dos companheiros de viagem, o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo¹⁴. O momento não era o mais indicado, mas o destino nem sempre escolhe hora certa.

Logo que soube da chegada dos emisários, Francisco de Castro Canto e Melo apressou-se a dar a notícia ao príncipe,

num lugar chamado Moinhos. O major e irmão de Domitila legaria um relato engrandecedor sobre o 7 de setembro¹⁵, centrando detalhes na figura do príncipe e na sua própria. Diante da notícia, d. Pedro teria saído em disparada em direção a São Paulo. No sentido oposto vinham os mensageiros de José Bonifácio, que o alcançaram “no alto da colina próxima do Riacho do Ipiranga”¹⁶. Foi, então, dizem os relatos, em cima de um pequeno declive de onde se podia avistar a pacata cidade de São Paulo, mais ou menos às 16 horas, que recebeu a correspondência das mãos do major Antonio Ramos Cordeiro. As cartas eram muitas: missivas de José Bonifácio, de Antônio Carlos, da princesa Leopoldina (uma de 28 e outra de 29 de agosto). D. Pedro teria, então, lido em voz alta os documentos que determinavam o final de seu ministério e a convocação de um novo conselho¹⁷.

Fez-se o ato. A cena aparece narrada em qualquer manual de história do Brasil, mas vale a pena recriar sua teatralidade. Convocado pelo momento, d. Pedro formalizou o que já era realidade: arrancou a fita azul-clara e branca (as cores constitucionais portuguesas) que ostentava no chapéu, desembainhou a espada

14 Citado por Sousa (1988, 2º vol., p. 36).

15 “Memória sobre a Independência do Brasil pelo Major Francisco de Castro Canto e Melo, gentil homem da Imperial Câmara”, 1864, *IHGB*, lata 400, doc.8.

16 “Memória de Canto e Melo”, 1864, *IHGB*, lata 400, doc.8. Ver também: “Fragmento de uma memória sobre a Independência do Brasil, onde se encontram alguns trechos sobre os serviços do Conselheiro José Joaquim da Rocha”, Arquivo Nacional, Códice 807, volume 3.

17 Citado por Sousa (1988, 2º vol., p. 33).

e gritou: “É tempo! [...] Independência ou morte! [...] Estamos separados de Portugal [...]”. No relato de Canto e Melo, a cena é semelhante, mas com os presentes “prestando juramento de honra que para sempre os ligava à realização da ideia grandiosa de liberdade”¹⁸. Grandiosa, a memória do irmão de Domitila tende, anos depois, a tomar o incerto como certo e a Independência como um evento popular.

Existe ainda a versão do padre Belchior Pinheiro, que afirmou ter lido as cartas para d. Pedro e que este lhe arrancara os papéis da mão e pisoteara-os. Então, seguindo os conselhos do bom amigo, logo se recompusera e, abotoando a farda, teria dito: “E agora, padre Belchior?”. Ao que esse teria respondido: “Se V.A. não se faz rei do Brasil será prisioneiro das Cortes e talvez deserddado por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação”. Ao que o príncipe reage: “Eles o querem, terão a sua conta. As Cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de rapazinho e de brasileiro [...] pois verão agora quanto vale o rapazinho”. E continuou: “Amigos, as Cortes querem escravizar-nos e perseguem-nos. De hoje em diante nossas relações estão quebradas. Nenhum laço nos une mais!”.

Mais uma vez o *script* é um pouco diferente: “Laços fora, soldados! Viva a independência, a liberdade e a separação do Brasil”. E ainda: “Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil”. Como se vê, cada narrador chama para si o papel

de coadjuvante principal. Há pelo menos acordo quanto à divisa que a história guardou: “Independência ou morte” se transformaria – seja na versão pessoal de Belchior, seja na interpretação de Canto e Melo – no grande lema da ocasião. E ainda que a cena – acompanhada por cerca de 38 pessoas – não tenha de fato ocorrido dessa forma, a história trataria de construir sentido ao momento, sendo o mote repetido em São Paulo e no Rio, onde manifestações retomavam a legenda de *Independência ou morte*.

Façamos de longa história um breve relato. D Pedro foi acolhido no Rio de forma esfuziante e com as notícias crescendo¹⁹. A volta de d. Pedro foi bem mais rápida: se os correios venciam normalmente em nove dias o percurso que separava São Paulo da capital do país, o príncipe o fez em apenas cinco, tendo partido na madrugada do dia 9 e alcançado São Cristóvão no cair do dia 14. D. Pedro chegava castigado pelas chuvas, e trazendo um laço verde de fita no braço esquerdo (a cor dos Braganças), logo acima de um ângulo de metal dourado com o famoso lema gravado: Independência ou morte. No lugar do tope azul e branco instituído pelas Cortes, agora era o verde e o amarelo (cor da flor amarela recebida como presente de Domitila ou a cor da casa de Habsburgo) que se impunham. E o laço viraria moda, conforme atestam anúncios do *Volantim*, oferecendo fitas verde-amarelas e outros “adereços da Independência”. Crescia também o uso

18 “Memória de Canto e Melo”, 1864, *IHGB*, lata 400, doc. 8.

19 BN/PR SOR 92 (1), *O Espelho*.

do verde-amarelo inscrito na nova bandeira e nas armas. Circulava nas casas nobres, nos braços das elites e em objetos: xícaras, jarros, canecas, relógios de mesa, leques (Souza, 1999, p. 257).

A aclamação do primeiro imperador brasileiro no dia 12 de outubro teve agenda cheia: desfiles, acenos na varanda do palacete, *Te Deum* na capela imperial, beija-mão, teatros, touradas, danças, bailes, licores, banquetes, cavalhadas e pantomimas. No meio do Campo de Santana deu-se a cerimônia que levaria à mudança do nome do próprio local, desde então conhecido como Praça da Aclamação. Para além da diversão, o ritual procurava dar visibilidade ao soberano e estabelecia vínculos da comunidade com a nova realidade política. Era hora de tornar a data “memorável”, reconhecer o poder instituído e a figura de d. Pedro. Mas essa era uma emancipação singular no elenco das independências americanas que tinham gestado repúblicas e não monarquias. Além do mais, a emancipação chegava sem mudanças radicais e colocava no centro do poder um rei: um monarca português e da casa dos Braganças. Talvez por isso mesmo, criou-se uma espécie de “lenda da Independência” que reconta a epopeia a partir de uma série de fatos perfilados e encadeados, como se a saída imperial fosse a única possível. Não era; tanto que várias outras províncias não seguiram o exemplo de Rio e São Paulo, como a Bahia, que só aderiu à Independência em 1825, São Luís do Maranhão, que reconheceu a separação em agosto de 1823, e o Piauí, que derrubou o mito da separação política pacífica por conta da Batalha do Jenipapo, ocorrida no dia 13

de março de 1823, e que levou à morte de centenas de pessoas.

Além do mais, essa saída conservadora não era a única possível; aliás, ela foi vitoriosa no lugar de outros projetos mais radicais ou mesmo de natureza republicana. O processo emancipatório não se limita, pois, aos anos de 1820 a 1822; a fundação do Império a partir da concepção da construção do Estado unitário é uma versão criada por publicistas que participaram do debate da Independência e foi construída do ponto de vista do Rio de Janeiro e São Paulo. Em Pernambuco, por exemplo, sempre se discordou da direção do movimento, considerada muito centrada nos interesses cariocas²⁰.

O mesmo processo de silenciamento ocorre com as personagens femininas dessa história, que nunca ganham protagonismo. Maria Leopoldina, que era naturalista, conselheira política de d. Pedro I e articuladora da Independência, passou para a história como uma mulher traída ou como a cunhada de Napoleão Bonaparte. Domitila de Castro do Canto e Melo era conhecida no Primeiro Reinado por ter encantado o primeiro imperador do Brasil não só por seus dotes físicos, mas também por sua inteligência. Dizia-se que ela sabia, como ninguém, administrar e negociar influências dentro da corte. Já na história nacional, porém, ela não passou de “amante de rei”.

E se a história tratou de apagar e subordinar as mulheres da elite, o que dizer das personagens femininas pertencen-

20 Ver Mello (2004).

centes ao povo? Aí o borramento foi ainda mais radical. Maria Quitéria de Jesus, por exemplo, destacou-se nas guerras de Independência do Brasil, lutando como combatente na Bahia. Aliás, fingiu ser homem para poder entrar no Exército, uma vez que a instituição só admitia integrantes do sexo masculino. A jovem juntou-se então às tropas que lutavam contra os portugueses, em 1822, e utilizou o nome de seu cunhado: era o soldado Medeiros, já que somente homens faziam parte do Exército brasileiro. Semanas depois de entrar nos conflitos, Maria Quitéria teve sua identidade revelada. Mesmo assim, permaneceu servindo, por conta de sua habilidade com o manejo de armas.

Maria Felipa é outra protagonista baiana, negra e natural da Ilha de Itaparica. Tomou parte na luta pela Independência do Brasil, na Bahia, comandando cerca de 40 mulheres que foram responsáveis por queimar 42 embarcações portuguesas. A protagonista também ficou conhecida a partir de um episódio lendário, a “surra de cansação” (vegetal que provoca urtiga e sensação de queimadura) usada para derrotar os soldados portugueses.

Joana Angélica se destacou, também na Bahia, por conta da coragem com que enfrentou as tropas portuguesas dispostas a invadir o Convento da Lapa, localizado no centro da cidade de Salvador. Joana Angélica de Jesus morreu em 1822, assassinada por tropas portuguesas.

Enfim, existem outras independências para contar. Mesmo assim é importante destacar como o 7 de setembro representa um momento simbólico de um longo processo de ruptura iniciado até antes da vinda da corte, e que levou, ao fim

e ao cabo, a uma solução monárquica, implantada bem no meio das Américas.

Além do mais, nossa emancipação não deixou de ser comum em sendo tão particular, na sua saída imperial e conservadora. Se o movimento foi liberal, porque rompeu com a dominação colonial, mostrou-se conservador ao manter a monarquia, o sistema escravocrata e o domínio senhorial. Além do mais, se todo o processo de emancipação foi deflagrado pela vinda da corte, o que explica o formato final é o movimento interno de ajustamento às pressões de dentro e de fora, e sobretudo um processo de substituição de metrópoles (Dias, 1986, p. 165). Por outro lado, se uma nova unidade política foi implantada, prevaleceu uma noção estreita de cidadania, que alijou do exercício da política uma grande parte da população e ainda mais a vasta população de escravizados. Com isso, noções bastante fráguas de representatividade das instituições políticas se impuseram, mostrando como a Independência criou um Estado, mas não uma nação.

QUANDO UMA TELA VALE MAIS QUE UM DOCUMENTO

Nos versos do *Hino Nacional Brasileiro* entoa-se o tão conhecido “Ouviram do Ipiranga as margens plácidas/ De um povo heroico o brado retumbante/ O sol da liberdade, em raios fúlgidos/ brilhou no céu da pátria nesse instante”. Nas poucas linhas, a partir da seleção de algumas palavras-chave, o início do hino evoca o episódio da Independência do Brasil. Não é difícil transformar em imagens a

letra do compositor e associá-la ao quadro *Independência ou morte!* de Pedro Américo, pintado em 1888, em que d. Pedro, montado a cavalo e de espada em punho, dá o “grito” de liberdade às margens do Ipiranga, em São Paulo. Se a narrativa empreendida no hino e na pintura parecem harmoniosamente coincidir, elas encobrem, por sua vez, outras narrativas possíveis sobre a Independência do Brasil, para além do ato situado nas cercanias do Riacho do Ipiranga, da data do 7 de setembro, e do próprio ano de 1822. Não se destaca a real Independência, que se deu no Rio com a aclamação. Também não aparece a pressão civil e popular; esta última apenas representada por um tropeiro, que de certa maneira representa o “espírito bandeirante” dos paulistas. Isso sem esquecer da centralidade conferida ao então príncipe d. Pedro.

Pode-se dizer que, para além das narrativas textuais, que buscaram conformar uma certa história linear e evolutiva da história da Independência brasileira, cujo desfecho culminaria no 7 de setembro de 1822, a cristalização dessa memória deveu-se igualmente às imagens, sejam elas pinturas, gravuras, litografias, esculturas, produzidas ao longo do século XIX.

A fabricação do 7 de setembro como gesto inaugural do Brasil independente foi uma operação construída a partir de circunstâncias que faziam de São Paulo o centro nevrálgico da política nacional em finais do século XIX e inícios do XX. Para elevar o gesto realizado em São Paulo, ocultou-se uma série de eventos anteriores que compõe o processo de Independência, muito mais longo e complexo do que o “grito”. Também não se

destacou toda a negociação política empreendida logo após o grito da Independência, quando d. Pedro já estava de volta à capital. Por fim, tratou-se de diminuir “outras independências”, para usarmos a expressão de Evaldo Cabral de Melo, que chamou a atenção para o processo paralelo, e com certeza mais radical, que ocorria em Pernambuco, sobretudo a partir da revolução de 1817.

Com os disparos dos canhões ressoando no Maranhão, ainda em 1825, por ocasião dos embates deflagrados quando da ruptura com a metrópole, pode-se aferir que o 7 de setembro de 1822, com as lutas de independência na Bahia no mesmo ano, é o ponto de partida, e não o de chegada, desse longo caminho que culmina na separação política entre Brasil e Portugal. Na verdade, com a tela de Pedro Américo consumava-se uma espécie de “sequestro da Independência”.

Também se obliteraram os andaimes de construção da própria tela que era inspirada e fazia homenagem à pintura de Ernest Meissonier, chamada *Friedland* e datada de 1875, e que celebrava uma das muitas batalhas napoleônicas; nesse caso datada de 1807. Já a versão tropical preferiu destacar uma colina inexistente – mas que daria maior proeminência ao ato –, colocar d. Pedro vestido de maneira oficial, montado num possante cavalo e cercado de uma imensa comitiva, a qual, como vimos, era bem mais modesta²¹.

21 Estou desenvolvendo, junto com Carlos Lima e Lucia Stumpf, um livro sobre a tela de Pedro Américo, que se chamará *O sequestro da Independência* e deve sair em 2022.

Como se pode notar, imagens oficiais não são “consequência”, são “causa”. Não se comportam como “produtos”, mas ajudam a “produzir” o seu contexto e outros.

O certo é que, com o tempo, se procedeu a uma seleção quase exclusiva da tela de Pedro Américo, transformada em cartazes, selos, moedas, de maneira a “naturalizar” o papel de São Paulo na Independência de 1822. Chama a atenção ainda o uso que os militares fizeram e têm feito da pintura de Pedro Américo. Em 1972, em plena ditadura militar, e quando se celebravam os 150 anos do 7 de setembro, a imagem de d. Pedro foi relida como se ele fosse um militar, e não um príncipe de origem portuguesa e ligado à história do antigo regime. E hoje em

dia a representação não é muito distinta, com o governo projetando um passado fardado, branco e muito bem organizado. Um passado de ordem, sem dissensões, violências ou civis comandando o processo de emancipação.

Esse é um projeto de passado; um projeto de governo. Que 2022 nos permita imaginar uma Independência menos europeia, masculina e branca. Proponho, então, uma nova convocação cívica para imaginar um Brasil diferente, muito menos polarizado e armado (literal e metaforicamente), e, na via oposta, bem mais generoso, pois referido ao que é de todas e todos nós, e faz parte do espaço cívico que precisamos, com urgência, reconquistar e pactuar.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, J. M. de; BASTOS, L.; BASILE, M. (orgs.). *Às armas, cidadãos!: Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823)*. São Paulo/Belo Horizonte, Companhia das Letras/Ed. UFMG, 2012.
- DIAS, M. O. S. “Historicidade da condição feminina no Brasil Colonial”, palestra ministrada em 22/ago./1986.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 2001.
- GRAHAM, M. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1990.
- LEITE, R. L. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Brasil da Independência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA, M. de O. *O movimento da Independência, 1821-1822*. 6ª ed. São Paulo, Top Books, 1997.

- MARISCAL, F. de S. y. "Ideas geraes sobre a revolução do Brazil e suas consequências".
Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, v. 43/ 44, 1926.
- MARQUES, A. H. de O. *História de Portugal*. Volume III. Lisboa, Palas Editores, 1986.
- MARTINS, O. D. *João VI no Brasil*. Brasília, Fundação Projeto Rondon, 1987.
- MELLO, E. C. de. *A outra Independência: o federalismo republicano de 1817 a 1824*.
São Paulo, Ed. 34, 2004.
- MIRANDA, J. A. de. *Memória constitucional e política: sobre o Estado presente de Portugal e do Brasil, 1821*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, 37, 18, 11.
- MORAIS, J. A. de M. *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1982.
- NEVES, L. M. B. P. das. *Corcundas e constitucionais - a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro, Revan/Faperj, 2003.
- NOVAIS, F.; MOTA, C. G. *A Independência do Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- SOUSA, O. T. de. *A vida de D. Pedro I*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1988.
- SOUZA, I. L. C. e. *A Independência do Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.
- VARNHAGEN, F. A. de. *História da Independência do Brasil*. 3ª ed. São Paulo, Melhoramentos, 1957.